

## ***A Campanha da Fraternidade como tema transversal: uma proposta para a educação em valores***

RAMAL, Andrea Cecilia. "A Campanha da Fraternidade com tema transversal: uma proposta para a educação em valores" in Revista MAGIS. Rio de Janeiro: Centro Loyola de Fé e Cultura, 1999.

"No princípio está a comunhão do três,  
e não a solidão do um." (Leonardo Boff).

Os educadores de hoje têm o privilégio de poder desenvolver seu trabalho num momento histórico crucial para a sociedade ocidental e para a escola que nela está inserida.

Vivemos o que se convencionou chamar de uma mudança de paradigmas, no sentido kuhniano do termo. Mudam os paradigmas científicos e transformam-se, por inerência, os pontos de vista e as atitudes dos sujeitos que praticam a ciência. São relativizadas as idéias de certeza e de verdade absolutas, preferindo-se a dúvida e a incerteza como princípios metodológicos para a pesquisa e a produção de conhecimento. Percebe-se também que não basta aproximar-se da realidade a partir de um único prisma: é preciso empreender um alargamento das fronteiras, uma ampliação dos limites daquilo que se toma como objeto da ciência. A interdisciplinaridade se revela, nesse sentido, uma opção mais produtiva, mais capaz de dar conta dos múltiplos enfoques que o estudo científico de um objeto exige. Como separar, hoje, por exemplo, os estudos da genética de questões colocadas a partir da política, da antropologia, ou da ética? A fragmentação do real dá lugar às abordagens preferencialmente holísticas, globais, abertas e plurais.

O mesmo ocorre no plano das ciências sociais. A história, por exemplo, até poucas décadas desenvolvia seus estudos num enfoque linear, factual, e atribuía o papel de protagonistas aos heróis e grandes líderes, quase sempre vitoriosos, dominadores, figuras que ganhavam destaque nos conflitos bélicos ou em situações de opressão popular. Hoje os historiadores descobrem possibilidades de pesquisa na vida cotidiana das pessoas, na história das mentalidades de épocas e de povos. Talvez nos ajudem a perceber, como disse Pierre Levy, que durante muito tempo o ruído dos aplausos ao progresso cobriu as queixas dos perdedores e mascarou o silêncio do pensar[1].

No campo da educação, vivemos também nossos questionamentos, perguntando-nos de que modo podemos estabelecer uma ruptura com paradigmas didático-pedagógicos que se adequavam a determinadas visões de aluno, de homem e de mundo, que não são mais as de hoje.

Entendo que essa ruptura deve ser assumida em muitos planos, envolvendo desde o próprio ambiente institucional e a sua organização formal, até as relações de poder que se manifestam explícita e implicitamente nos diversos âmbitos do cotidiano escolar. Neste artigo, pretendo explorar uma das várias possibilidades de ruptura no plano da abordagem dos conteúdos escolares, defendendo a idéia de que a Campanha da Fraternidade proposta anualmente pela CNBB pode ser assumida na escola católica como tema transversal e pode, a partir disso, representar uma inovação no modo como cada professor desenvolve os conteúdos e no modo como cada disciplina se situa na grade curricular.

### O ensino longitudinal de conteúdos

Sendo a escola uma das principais instituições responsáveis pela preservação, pela transmissão e a produção de cultura, não resta dúvida de que um de seus papéis fundamentais será o de preparar o aluno para viver bem em seu mundo, oferecendo-lhe a oportunidade de equipar-se com

uma bagagem de saberes que lhe permita se realizar como pessoa, como um cidadão inserido num contexto histórico-social, ao mesmo tempo em que, caso assuma a linha libertadora, procura também ajudá-lo a desenvolver suas potencialidades para que ele venha a ser capaz de agir sobre a realidade, e transformá-la.

Para isso, a escola define e organiza uma série de conteúdos a serem trabalhados, distribuindo-os pelas disciplinas que todos conhecemos bem: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Física, Química, e assim por diante. Confrontando as finalidades da educação com este modelo curricular podem ser colocadas algumas questões:

- 1) Como são definidos os conteúdos dos programas de cada série: por tradição, ou por decisões tomadas a partir de análises do contexto de cada momento?
- 2) Que instâncias participam dessa escolha: a direção? os professores? os alunos? uma instância externa, como uma secretaria municipal ou estadual? qual é a medida real da possibilidade de participação de cada uma dessas instâncias?
- 3) A seleção de conteúdos ocorre em função do exame de ingresso ao ensino superior ou em função daquilo de que o aluno precisará para se desenvolver como pessoa, no seu mundo?
- 4) Quanto de cada programa está vinculado diretamente à vida prática do aluno enquanto pessoa e enquanto cidadão?
- 5) Quanto tempo da carga horária anual de cada disciplina é dedicado a temas que efetivamente vão colaborar com a formação integral do estudante, preparando-o para viver neste mundo?

Essas questões são motivadas pela suspeita de que, na verdade, os conteúdos trabalhados em nossas escolas sejam ainda determinados por visões de mundo de outras épocas, e que portanto sirvam melhor a outro tipo de aluno e de sociedade, correspondentes a outros momentos históricos, que não o nosso.

Um exemplo disso é o fato de que muitos dos temas incorporados aos currículos escolares, decorrentes de questões que fascinavam os pensadores da Grécia clássica, são estudados a partir de abordagens abstratas, às vezes puramente teóricas, como se ainda estivéssemos educando para aquela época, em que as idéias eram tanto mais valorizadas quanto mais se distanciavam da técnica e da prática do cotidiano. Pensar teoricamente sobre o real era, então, uma tarefa da elite, enquanto que o dia-a-dia cabia apenas aos escravos. Embora com pequenas mudanças no enfoque das disciplinas, a escola ainda segue essa mesma linha em inúmeros momentos, exigindo do aluno que estude a partir de modelos teóricos que muitas vezes ainda não pode compreender, esperando que aceite como verdades conceitos que lhe parecem demasiado abstratos e a cuja significação dificilmente pode aceder, e deixando de incorporar no ensino a dimensão da práxis.

Outro exemplo pode ser encontrado na influência do pensamento liberal sobre a organização das grades curriculares. O célebre grupo dos filósofos da Revolução Francesa destacou os valores da razão e do sujeito para a humanidade, que na época vivia, segundo eles, sob o peso do obscurantismo e das credices, obstáculos ao progresso da ciência. Historicamente, constatamos que aquela defesa da razão acabou derivando num racionalismo instrumental extremo, que influenciou as sociedades seguintes a privilegiarem, em diversos âmbitos, a razão sobre o espírito e sobre as emoções - do mesmo modo que a elevação do sujeito ocasionou, em muitos casos, uma transformação na ordem de valores da sociedade ocidental, a partir da qual ficou legitimada a liberdade individualista e a postura da busca da satisfação pessoal como fim, valendo para isso todo e qualquer meio utilizado.

Poderíamos perguntar-nos até que ponto a escola de hoje é, de certo modo, também herdeira do pensamento racionalista instrumental. Essa seria uma das possíveis explicações para o fato, por exemplo, da quase que total ausência nos currículos escolares de disciplinas como Artes, Música,

Dança, Pintura, Escultura, Expressão Corporal, Teatro e outras tantas formas de expressão da sensibilidade humana, enquanto que os jovens acumulam páginas e mais páginas de cadernos e apostilas preenchidas com fórmulas das ciências exatas e com problemas lógico-matemáticos.

Apesar do descompasso entre essa forma de ensinar os conteúdos e as necessidades reais de nosso mundo, uma série de fatores se combinam para fazer com que esse paradigma ainda seja vigente na escola. Em primeiro lugar, a sua própria legitimação social. Escolas que oferecem um ensino diferente, misturando a seu currículo disciplinas das artes, como música, dança ou pintura, são ainda vistas como alternativas, não adequadas para as séries finais de preparação para o ensino superior, ou mesmo só para mulheres. Além disso, o próprio esquema de avaliação montado na escola impede maiores transformações, uma vez que o aluno estuda aquilo que será cobrado nas provas, e do modo como foi dado pelo professor, fazendo com que se estabeleça a prática da reprodução pura dos saberes transmitidos.

Ao mesmo tempo, outras forças atuam também sobre os docentes, dificultando as mudanças. Programas extensos que devem ser cumpridos, tempo que parece ser ganho se os conteúdos forem trabalhados de maneira longitudinal, oferecendo sínteses já prontas, enquanto que saberes integrados e enfoques interdisciplinares demandariam reuniões entre as áreas, reformulação de currículos, revisão das próprias estratégias metodológicas, construção coletiva do conhecimento.

Num plano mais amplo, poderíamos até mesmo arriscar a idéia de que talvez a abordagem longitudinal e clássica dos conteúdos seja uma forma de conservar as estruturas de dominação social, uma vez que a aprendizagem de saberes distantes da realidade poderia implicar a formação de seres menos envolvidos com a dinâmica concreta da política e do contexto em que se inserem - indivíduos dotados de saberes nos quais não vêem muita significação nem aplicação imediata e, portanto, impedidos de atuar mais diretamente sobre a realidade.

#### Os temas transversais

É momento da escola começar a assumir com coragem uma ruptura mais radical com paradigmas que refletem visões de mundo que já não são as nossas. É em função disso que, no plano dos conteúdos, e a partir de um paradigma crítico de educação, surge a proposta dos temas transversais.

Não se trata de mudar os conteúdos das disciplinas e nem de acrescentar outros. A abordagem transversal é, mais do que isso, um novo enfoque, um modo diferente de trabalhar com as matérias escolares. Trata-se de impregnar as disciplinas de elementos da vida cotidiana, fazendo com que elas se tornem instrumentos na formação dos alunos enquanto seres capazes de viver bem e de atuar com desenvoltura num mundo que tem novas exigências, novos desafios e uma problemática própria.

Esta linha pedagógica já funciona em diversas escolas espanholas, com temas como Educação para a Paz, Educação para o Trânsito, Educação Sexual, Educação para a Igualdade dos Sexos, Educação do Consumidor, entre outros[2]. São temas escolhidos com base num diagnóstico das necessidades do contexto. De que bagagem teórica, ideológica, cultural... o aluno precisará para viver bem neste mundo e para poder colaborar com a sua transformação? - é a pergunta-chave. Definido isso, cada disciplina do currículo assume o(s) tema(s) como uma ótica a partir da qual os conteúdos do respectivo programa serão lidos e trabalhados. O tema pré-definido irá determinar a escolha de textos, o enfoque da abordagem, a linha de valores presente em cada discussão.

Acredito que a proposta dos temas transversais é uma das muitas possibilidades de desenvolver hoje uma educação em valores nos ensinamentos fundamental e médio. Com ela, impregnamos as matérias dos saberes que fazem parte do cotidiano do aluno; e, desta maneira, aproximamo-nos da realidade concreta deste ser humano que queremos formar: abrimos brechas para conhecê-lo,

estabelecemos o diálogo entre os saberes acadêmicos e as coisas que fazem parte de sua vida. Os conteúdos se tornam significativos e, por isso, há mais chance de que as matérias sejam atraentes, e de que o estudo se torne mais prazeroso. Afinal, como disse Walter Benjamin,

O fato de que o homem pode ser conhecido de determinado modo engendra um sentimento de triunfo, e também o fato de que ele não pode ser conhecido inteiramente, nem definitivamente, mas é algo que não é facilmente esgotável e contém em si muitas possibilidades é um conhecimento agradável. O fato de que ele é modificável por seu ambiente e de que pode modificar esse ambiente, isto é, agir sobre ele, gerando conseqüências - tudo isso provoca um sentimento de prazer. O mesmo não ocorre quando o homem é visto como algo mecânico, substituível, incapaz de resistência[3].

A Campanha da Fraternidade-98 - relato de uma experiência de abordagem transversal dos conteúdos numa escola católica

Se assumimos o termo católica não como acessório na denominação de uma escola, mas como elemento que traduz determinada identidade, teremos que entendê-la enquanto instituição que pretende estar comprometida com a transformação das estruturas de injustiça e de opressão social, e com o anúncio de uma nova sociedade, pautada por valores que promovam a dignidade humana[4].

O mundo em constante mudança e os novos desafios que ele apresenta exigem uma revisão do trabalho educativo que a escola católica desenvolve, buscando maior sintonia não só com as novas tendências da educação, como também com as práticas pedagógicas que demonstrem ser mais eficazes para a formação de sujeitos críticos, atuantes, capazes de assumirem o papel de agentes de mudança, líderes no serviço dos demais, e preparados para construir uma nova sociedade a partir dos critérios da ética humanista.

Partindo da convicção de que a abordagem transversal dos conteúdos pode ser uma das alternativas para o ensino de hoje, e da idéia de que é necessário redimensionar o processo na linha de uma educação em valores, é possível que a Campanha da Fraternidade seja uma interessante inspiração para o trabalho educativo que se desenvolve no âmbito da escola católica.

A definição dos temas transversais deve ser resultado de uma pesquisa cuidadosa do contexto, sondando quais são as necessidades que dele emergem, às quais a escola deve atender. No caso do Brasil, o tema da Campanha da Fraternidade é definido a partir da ampla análise realizada pela própria CNBB, consultando os mais diversos setores da sociedade e estudando documentos e pesquisas sobre o contexto do país. A opção por tal tema como eixo da transversalidade facilitaria o trabalho da instituição escolar, ao mesmo tempo em que reforçaria a sintonia e a colaboração entre o trabalho social da Igreja e a escola.

As Campanhas da Fraternidade são direcionadas, desde 1973, aos problemas sociais, e a proposta é a de que, não apenas no período da Quaresma, quando ganha força especial, mas ao longo de todo o ano, a sociedade reflita sobre o tema em questão, passando em seguida da reflexão a ações concretas, resultantes de uma consciência mais apurada sobre a necessidade de mudanças, e de um compromisso com a transformação.

No Curso Noturno do Colégio Santo Inácio, a equipe de professores de que faço parte tem adotado os temas da Campanha da Fraternidade como eixo de um enfoque transversal para as disciplinas há vários anos. Procuramos que a questão proposta seja abordada sob diversos prismas, a partir do saber específico de cada área do conhecimento, num esforço de complementaridade, de modo que o aluno, ao mesmo tempo em que tem acesso a um conteúdo de determinada disciplina, seja convidado a perceber as possibilidades de relação entre este e os demais saberes. E ainda mais

além: que ele venha a perceber que os objetos de seu estudo pertencem a uma realidade ampla, complexa, não-fragmentada, que só faz sentido enquanto é vista de modo global e abrangente.

O quadro que se segue não reflete a riqueza do que acontece em cada sala de aula, mas dá uma idéia do modo como o trabalho pretende se desenvolver:

[clique aqui para ver o quadro.](#)

Assim, por exemplo, no caso do ensino de Língua Portuguesa, o estudo da linguagem deixa de ser um fim em si mesmo, para assumir a dimensão de um instrumento de libertação. A importância de aprender a se expressar bem, nesse sentido, transcende o tema da correção gramatical ou as preocupações com a transmissão da cultura através de uma norma unificada, para avançar sobre o plano das desigualdades e das injustiças sociais, dos preconceitos e das segregações, e da educação como meio de exclusão ou de inserção nas forças da sociedade brasileira.

Como na própria indicação do texto-base da CF-98, tanto alfabetização como leitura passam a ser entendidas de uma forma mais ampla: esta disciplina, em cooperação com as demais, visa a ensinar a ler não apenas os textos das fichas de exercícios de compreensão e interpretação, mas sim, muito mais do que isso,

ler a vida, ler as relações, aspirações e afetos humanos, ler a correlação de forças políticas, ler direitos e deveres em cada situação, ler as implicações do que é veiculado nos Meios de Comunicação Social e, principalmente, ler os sinais dos tempos[5].

O ensino de Ciências (incluindo as disciplinas do Ensino Médio: Física, Química) abandona as fronteiras do cientificismo puro, das fórmulas isoladas do contexto e da exatidão inquestionável, para aproximar-se do humano: assim, discute-se desta feita a educação sob o prisma do meio-ambiente. Os avanços alcançados pelo progresso das ciências são confrontados com a qualidade de vida existente nas cidades e com a projeção dos cientistas para as próximas décadas. A mera aprendizagem de conteúdos de Ciência passa a ser uma educação para a Ciência, para lidar com o mundo que se deixou transformar pelas conquistas científicas, para recolocar o homem no centro do ambiente em que toda pesquisa científica se desenvolve. Trata-se, nesse prisma, de criar uma nova postura com relação à natureza, tendo em vista um futuro desenvolvimento controlado e não predatório, ao mesmo tempo em que se cultiva a preocupação com a ecologia não utilitarista nem interesseira (preservar só porque precisamos da terra para sobreviver); uma ecologia em que o homem se percebe como uma das criaturas de um grande sistema que precisa estar em equilíbrio e harmonia para que todos vivam bem.

Os Estudos Sociais adotam o enfoque de uma educação num sentido pleno, integral, como formação completa do cidadão no mundo em que se insere. A história e a geografia do país são estudadas a partir da categoria da exclusão social, numa discussão que envolve necessariamente os eixos da política e da participação popular; pois, como se afirma no texto-base da CF-98,

não se educa para a cidadania mantendo as pessoas passivas, dependentes de quem sabe mais, desinformadas de seus direitos e deveres. Uma educação comprometida com a cidadania fornece instrumentos para o resgate das dívidas sociais, que retardam a conquista de um mundo mais humano. Mas requer também que o próprio processo de educar seja uma experiência em que o educando é sujeito de seu desenvolvimento[6].

De um estudo que, sob a orientação de outro paradigma, era factual e descritivo, passamos a um trabalho dialógico, conflitivo, problematizador.

E assim ocorre analogamente nas demais disciplinas, como mostra o quadro.

Para além da transversalidade dos conteúdos, a Campanha da Fraternidade pode ser ainda uma proposta instigante para a reflexão dos educadores a respeito das próprias práticas pedagógicas,

servindo como elemento mobilizador de toda a escola no sentido de sua constante revisão. Tomemos como exemplo algumas Campanhas de outros anos: em 1996 o tema foi A Fraternidade e a Política, com o lema Justiça e Paz se abraçarão; oportunidade para uma avaliação da práxis da escola, a partir dos critérios da justiça e da paz. Essa revisão se daria mediante perguntas como: Existe paz no convívio comunitário? As relações entre professor e aluno são pacíficas? Quais são as causas da situação encontrada? Todos os procedimentos institucionais são marcados pela justiça? E assim por diante.

Em 1997, a proposta foi A Fraternidade e os Encarcerados, com o lema Cristo liberta de todas as prisões. Oportunidade para um ano de reflexão da escola sobre o que representa seu espaço para a formação do aluno. Um espaço de libertação ou de manutenção das suas prisões interiores, seus medos, angústias e inseguranças? Um espaço em que as potencialidades são liberadas, ou reprimidas, esquecidas, ignoradas? O que significa o próprio ambiente escolar para o aluno: um lugar em que ele se movimenta com prazer, ou uma verdadeira prisão, da qual gostaria de ver-se livre o mais rápido possível? Sabemos que, infelizmente, a escola é vista de maneira negativa no imaginário de muitos que por ela passaram. Lembro-me agora da provocação do chargista Quino, com o personagem Felipe, que ao ouvir no rádio a propaganda: Uísque X - tome um nos seus momentos mais felizes, logo comenta com Mafalda: Imagine se cada vez que a gente sai da escola vai tomar um uísque![7]

Este ano, por excelência, é o momento do questionamento interno da escola, uma vez que o tema é a própria educação. Oportunidade ímpar, então, para que a formação permanente dos professores, a linha diretiva das coordenações e a própria filosofia de trabalho da instituição seja pautada por discussões que a CF-98 permite lançar. Por exemplo, no texto-base, quando se trata da relação entre educação, individualidade e alteridade, lemos:

Respeitar as necessidades coletivas não é aniquilar as individualidades, as histórias pessoais. O coletivo se constrói com identidades diferentes, onde cada um tem o direito de ser o que é e desse jeito complementa o conjunto. Educação padronizada nem desenvolve nem contribui para o enriquecimento da construção coletiva[8].

Em função dessa convicção, cada escola pode se perguntar até que ponto a educação que nela se desenvolve é personalizada e personalizadora, ao invés de padronizada, e se consegue conhecer e atender as necessidades e os ritmos individuais de aprendizagem dos alunos.

No item que aborda educação e alegria, lemos que

Conhecer mais, inventar, descobrir e redescobrir deve ter gosto de festa, de jogo. Não faz sentido que nosso crescimento pessoal seja um sacrifício, uma tarefa desagradável. Vencer desafios tem tudo a ver com o prazer de uma grande aventura. Educação é isso. Além da chamada inteligência racional, entram no processo outras energias, como a inteligência emocional, social e lúdica. É do prazer de aprender e buscar a verdade que surge a disciplina, e não o contrário[9].

Questões cruciais para escola surgem deste ponto: o aluno gosta de estudar? O aluno é desafiado a se superar, ou deixa-se vencer pela mesmice, pela rotina, pela repetição infértil de atividades já conhecidas? Talvez nessa associação entre uma educação personalizada, realizada na base do afeto, e a criatividade das propostas didático-metodológicas, esteja uma possibilidade de construção de uma pedagogia mais eficaz para o aluno de hoje.

Os temas transversais são apenas uma das muitas alternativas que o ensino atual tem à mão para empreender uma ruptura com paradigmas que já não dão conta das necessidades do mundo contemporâneo, e promover uma integração dos saberes num trabalho prioritariamente interdisciplinar. Dentro dessa alternativa, também a Campanha da Fraternidade é uma das vias possíveis. Evidentemente, muitos outros eixos interessantes e pertinentes podem ser encontrados, se o educador estiver em permanente diálogo com seu contexto e assumir a postura de constante repensar de seu trabalho. Mas um mesmo objetivo deverá sempre nortear essa busca: o desejo de

oferecer uma educação mais eficaz para o nosso tempo e para o nosso contexto social, pois é neles - e não em outros - que cada um de nossos alunos participará, com maior ou menor intensidade, da construção de uma nova história.

\* - Pesquisadora do Centro Pedagógico Pedro Arrupe. Coordenadora de Pastoral do Curso Noturno do Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro. Doutoranda em Educação pela PUC - Rio.

[1] - LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da Informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, pag. 8.

[2] - Embora haja diferenças, não podemos deixar de perceber certa afinidade desta proposta com os temas geradores propostos por Paulo Freire, numa pedagogia ainda mais crítica e voltada para a transformação das estruturas de opressão social.

[3] - Benjamin, Walter. Obras escolhidas I - magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1987, pág. 89.

[4] - Em associação, é claro, aos objetivos específicos de cunho religioso, nos quais não nos deteremos neste artigo.

[5] - CNBB. Fraternidade e Educação: a serviço da vida e da esperança. Manual. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1998, pags. 113-114.

[6] - CNBB. idem, pags 109-110.

[7] - QUINO. Todo Mafalda. Buenos Aires: Atlas, 1997.

[8] - Idem, pag. 93.

[9] - Idem, pags. 110-111.